



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 12092/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Previdência e Assistência Social do Municipal de Fonte Boa – FUMPAS.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Francisco Dantas de Lima, Presidente do FUMPAS.

6- Unidade Técnica: DICERP – Informação nº 10/2015 (fls. 218/219).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 849/2015-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 220/221).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

Fundo de Previdência e Assistência Social do Municipal de Fonte Boa – FUMPAS. Exercício 2013.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Cobrança Executiva. Determinações ao Gestor do Fundo. Determinação à DICERP e à DICARP. Determinação a próxima comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas de responsabilidade do Senhor **Francisco Dantas de Lima**, Diretor do Fundo de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa Fundo, referente ao exercício de 2013, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;

9.2- Aplicar multas ao responsável no valor de:

a) R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), nos termos do art. 308, II, da Resolução 4/2002, referente aos meses de competência não encaminhados pelo gestor (janeiro a dezembro), por meio magnético (Sistema/ ACP), da movimentação contábil do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social (FUMPAS) do Município de Fonte Boa;

b) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, I, “b”, da Resolução 4/2002, por sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

c) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, elencadas abaixo:

c.1) Não realização da avaliação atuarial inicial e em cada balanço, conforme disposições dos art. 37 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB; do art. 1º, I, da Lei Federal nº 9.717/98 e art. 8º da Portaria MPS nº 402/08;

c.2) Em relação aos servidores abaixo relacionados do quadro de pessoal do FUMPAS:

Nome	Cargo	Vencimento	Admissão
Francisco Dantas de Lima	Presidente	R\$ 4.200,00	02/01/2013
Maria do Perpétuo Socorro Neves Lasmar	Tesoureira	R\$ 3.600,00	02/01/2013
Lázaro de Araújo de Almeida	Médico	R\$ 6.000,00	01/02/2013
Maria de Jesus Severiano Alves	Recepcionista	R\$ 700,00	01/01/2013
Nailson Gomes Oliveira	Aux. Administrativo	R\$ 1.000,00	01/01/2013
Gemile Fernandes de Oliveira	Aux. Administrativo	R\$ 800,00	01/09/2013

...como o vínculo jurídico de cada servidor (comissionado, efetivo ou contrato temporário), conforme preceitua o princípio constitucional da legalidade e as disposições contidas nos incisos II, V e IX do art. 37 da Constituição Federal;

- Ausência dos comprovantes de recolhimento da previdência junto ao INSS ou ao FUMPAS, conforme o vínculo jurídico, dos servidores e da parte patronal, dos meses de janeiro a dezembro de 2013;
- Ausência de comprovante do recolhimento junto à Receita Federal do Imposto de Renda Pessoa Física dos servidores Francisco Dantas de Lima (CPF 644.777.382-34), Lázaro de Araújo Almeida (CPF 722.986.182-91) e Maria do Perpétuo Socorro Neves Lasmar (CPF 192.728.392-20) dos meses de janeiro a dezembro de 2013;
- Ausência de norma legal que indique as atividades a serem despendidas no FUMPAS pelos referidos servidores e a carga horária;

c.3) Pela não elaboração do recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas, conforme disposição do inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 10.887/04 e inciso II do art. 15 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

c.4) Ausência da natureza jurídica do órgão gestor de previdência dos servidores de Fonte Boa (FUMPAS) na Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB;

c.5) Inconsistência das informações desconhecidas quanto a duração do mandato dos membros do Conselho de Administração do FUMPAS, disposta no art. 43 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB (três anos) e também disposta no art. 13, § 1º do Estatuto do FUMPAS (dois anos);

c.6) Apresentar os mecanismos criados pelo FUMPAS para que os segurados tenham plena informação sobre a gestão do fundo, conforme determina o inciso VI do art. 1º da Lei nº 9.717/98 e art. 12 da Portaria MPS nº 402/2008;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

c.8) Pela não realização de escrituração contábil do FUMPAS distinta do ente federativo, fato que contraria o art. 1º da Lei nº 9.717/98; art. 16 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 19 da Orientação Normativa SPPS/MPS Nº 02/2009;

c.9) Falta de registro individualizado de cada servidor e da parte patronal, contrariando o art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98; art. 18 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 20 da Orientação Normativa SPS/MPS Nº 02/2009;

c.10) Não utilização pelo FUMPAS do Novo Plano de Contas, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 9.717/08, Portaria MPS nº 509/13 e Portaria STN nº 634/13;

c.11) Ausência de comprovantes de que as demonstrações contábeis relacionadas abaixo foram encaminhadas nos respectivos prazos e cumpridos pelo FUMPAS junto ao Ministério de Previdência Social - MPS, conforme segue:

Nº	DEMONSTRATIVO CONTÁBIL	PRAZO DE ENTREGA	BASE LEGAL
01	Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA	31 de março de cada exercício	art. 1º, I, da Lei nº 9.717/98; art. 5º, XVI, “b”, e § 6º, I, da Portaria MPS nº 204/2008
02	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses	Último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano civil	art. 9º da Lei nº 9.717/98; art. 5º, XVI, “h” e § 6º, I, da Portaria MPS nº 204/2008; art. 6º da Portaria nº 402/08
03	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR	Último dia do mês seguinte ao encerramento de <u>cada bimestre</u> do ano civil	art. 9º da Lei nº 9.717/98; art. 5º, XVI, “d”, § 6º, II e art. 10, § 8º da Portaria MPS nº 204/2008 e art. 22 da Portaria nº 402/08
04	Demonstrativos Contábeis - Balanço Orçamentário - Balanço Financeiro - Demonstração das Variações Patrimoniais - Balanço Patrimonial - Notas Explicativas	Até 30 de setembro, em relação ao primeiro semestre; Até 31 de março, em relação ao encerramento do exercício anterior	arts. 1º e 9º da Lei nº 9.717/98; art. 5º, XVI, “f” e § 6º, III, da Portaria MPS nº 204/2008; arts. 16 e 17 da Portaria MPS nº 402/08; Portaria MPS nº 509/13; Portaria STN nº 634/2013)

c.12) Ausência de informações sobre os valores globais que serviram de base de cálculo para o repasse das contribuições patronal e dos servidores, que resultaram no montante de **R\$ 1.482.812,63**, assim discriminadas no Anexo 2 – Resumo Geral da Receita (Lei 4.320/64):

- **Rubrica** - Contribuição Patronal para o RPPS – R\$ 619.450,55
- **Rubrica** – Contribuição do servidor Ativo para o RPPS – R\$ 863.362,08

c.13) Ausência de justificativa quanto a cobrança de alíquota de 8% dos vencimentos dos servidores ativos, constante do inciso I, do art. 27, da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB, contrariando o disposto no art. 3º da Lei Geral nº 9.717/98, assim como os arts. 5º, XIV, “a”, da Portaria MPS nº 204/08; art. 3º, I, da Portaria MPS nº 402/08; art. 26 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

c.14) Ausência de justificativa quanto a cobrança de alíquota de 8% sobre os vencimentos dos servidores inativos, disposto no inciso I, do art. 27, da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB, fato que contraria o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 9.717/98, assim como os arts. 5º, XIV, “b”; da Portaria MPS nº 204/08, art. 3º, II, da Portaria MPS nº 402/08 e do art. 27 e 30 da Orientação Normativa SPPS nº 02/2009;

c.15) Ausência da lista dos servidores inativos e pensionistas da Câmara e da Prefeitura de Fonte Boa que contribuíram com a alíquota de 8% sobre seus respectivos vencimentos, indicando a competência (mês) e o exercício financeiro (ano) e o valor descontado, fato que contraria o art. 3º da Lei Federal nº 9.717/98, arts. 25 e 30 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

c.16) Ausência de justificativas acerca dos repasses das contribuições dos servidores ativos e da contribuição patronal:

- Se os valores estão sendo creditadas de acordo com o disposto no § 2º da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB; inciso II, do art. 1º da Lei Federal 9.717/98; art. 5º, I, Portaria MPS nº 204/08 e art. 24 Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009);
- Se foi encaminhado pelo FUMPAS ao SPS do Ministério da Previdência Social o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, conforme disposição do art. inciso II, do art. 1º da Lei Federal 9.717/98; art. 5º, XVI, alínea “h” da Portaria MPS nº 204/08 e art. 6º da Portaria MPS nº 402/2008;

c.17) Ausência de justificativas acerca da concessão de empréstimos pelo FUMPAS:

- Pelo fato de constar nos arts. 28 e 29 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB a concessão de empréstimos aos servidores efetivos do município de Fonte Boa, contrariando o inciso V, do art. 6º da Lei Federal nº 9.717/98 e art. 43, § 2º, II, da LRF;
- lista dos servidores beneficiados com os empréstimos, no exercício 2013, bem como os respectivos valores, caso o FUMPAS tenha concedido.;

c.18) Apresentar as medidas realizadas pelo FUMPAS sobre a criação de órgão específico para processar pedidos de aposentadoria e pensões, bem como refazer os cálculos dos benefícios, conforme disposição do art. 55 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB;

c.19) Ausência de justificativas acerca dos parcelamentos das contribuições vencidas e não repassadas pela Câmara Municipal de Fonte Boa e Prefeitura Municipal de Fonte Boa, objeto da Lei Municipal nº 05/2010, e conforme disposição dos arts. 1º, II da Lei Federal nº 9.717/98; 5º, I, alínea “c” da Portaria MPS nº 204/2008; 5º - A, da Portaria MPS nº 402/2008 e 36 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009, solicitamos:

c.20) Ausência dos comprovantes de envio ao TCE-AM de todos os processos de aposentadorias e pensões concedidos no exercício 2013, conforme disposição do art. 71, III, da CF/88 e da Resolução nº 02/90 TCE/AM.

c.21) Ausência de justificativas sobre as providências que estão sendo realizadas pelo FUMPAS para efetuar a compensação previdenciária como fonte de receita, conforme Lei Federal nº 9.796/99; Decreto nº 3.112/99; Portaria MPAS nº 6.209/99; Portaria Interministerial MPS/MF nº 410/99 e da Instrução Normativa INSS/PRES nº 50/2011.

c.22) Ausência de Legislação do Plano de Cargos e Salários do Fundo Municipal de Previdência Social do Servidores de Fonte Boa – FUMPAS.

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual das multas discriminadas, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

9.4- Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na **dívida ativa** e a **instauração da cobrança executiva** em caso de não-recolhimento dos valores das condenações, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.5- Determinar ao Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Fonte Boa:

a) A elaboração imediata do recenseamento previdenciário dos aposentados e pensionistas, conforme disposição do inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 10.887/04 e inciso II do art. 15 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

b) O encaminhamento de proposta de projeto de lei ao prefeito do município de Fonte Boa para incluir na Lei Municipal nº 04/2012, a natureza jurídica do FUMPAS, conforme disposição do art. 37 e art. 40, § 20, ambos da CF/88; e nos arts. 10 da Portaria MPS nº 402/08 e 15 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

c) A criação de mecanismos pelo FUMPAS para que os segurados tenham plena informação sobre a gestão do fundo, conforme disposição do inciso VI do art. 1º da Lei nº 9.717/98 e art. 12 da Portaria MPS nº 402/2008;

d) Que sejam enviadas as demonstrações contábeis do FUMPAS ao Ministério da Previdência Social, dentro dos prazos das normas legais;

e) O encaminhamento de proposta de projeto de lei ao prefeito do município de Fonte Boa para ajustar a cobrança de alíquota dos servidores ativos em 11%, visto constar no inciso I, do art. 27, da Lei Municipal nº 004/2012 uma alíquota de 8%, fato que contraria o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 9.717/98, assim como os arts. 5º, XIV, “a”, da Portaria MPS nº 204/08; art. 3º, I, da Portaria MPS nº 402/08; art. 26 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

f) O encaminhamento de proposta de projeto de lei ao prefeito de Fonte Boa para a retirada da cobrança de alíquota de 8% sobre os vencimentos dos servidores inativos, disposto no inciso I, do art. 27, da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB, e faça a devida adequação ao que dispõe o art. 3º da Lei Federal nº 9.717/98, assim como os arts. 5º, XIV, “b”, da Portaria MPS nº 204/08; art. 3º, II, da Portaria MPS nº 402/08 e do art. 27 e 30 da Orientação Normativa SPPS nº 02/2009, e que promova a devolução dos valores descontados indevidamente;

g) Que promova de imediato um levantamento de todos segurados aposentados e pensionistas que contribuíram indevidamente para a previdência oficial com base no inc. I, do art. 27 da Lei Municipal nº 04/12, indicando os valores, competência e ano, e promova a devida restituição aos segurados que foram penalizados, enviando os comprovantes de ressarcimento a esta Corte de Contas;

h) Que discuta com o prefeito de Fonte Boa um projeto de lei para a revogação dos arts. 28 e 29 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB, que trata da concessão de empréstimos aos servidores efetivos do município, fato vedado pelo inciso V, do art. 6º da Lei Federal nº 9.717/98 e art. 43, § 2º, II, da LRF, em seguida, encaminhar a esta Corte de Contas a lista dos servidores beneficiados com tais empréstimos;

i) Que apresente a esta Corte de Contas, de imediato, as medidas realizadas pelo FUMPAS para a cobrança dos valores das contribuições parceladas pela Câmara Municipal de Fonte Boa e Prefeitura Municipal de Fonte Boa e que foram devidamente tratadas na Lei Municipal nº 05/2010, conforme disposição dos arts. 1º, II da



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Lei Federal nº 9.717/98; 5º, I, alínea “c” da Portaria MPS nº 204/2008; 5º - A, da Portaria MPS nº 402/2008 e 36 da Orientação Normativa SPS/MPS nº 02/2009;

j) Que apresente, de imediato, os comprovantes de envio ao TCE-AM de todos os processos de aposentadorias e pensões concedidos no exercício 2013, conforme disposição do art. 71, III, da CF/88 e da Resolução nº 02/90 TCE/AM;

9.6- Recomendar ao Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Fonte Boa:

a) O encaminhamento da prestação de contas do Fundo Municipal de Previdência e Assistência Social (FUMPAS) do município de Fonte Boa, exercício de 2014, pelo Portal E-Contas;

b) Promova a reformulação do Regimento Interno do FUMPAS para se adequar a Lei Municipal nº 004/2012;

c) Promova o registro individualizado de cada servidor e da parte patronal a fim de manter o controle sobre as contribuições repassadas ao FUMPAS pela prefeitura e Câmara Municipal de Fonte Boa, conforme disposição do art. 1º, VII, da Lei nº 9.717/98; art. 18 da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 20 da Orientação Normativa SPS/MPS Nº 02/2009;

d) O encaminhamento ao Ministério da Previdência Social, pelo FUMPAS, do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, conforme disposição do art. inciso II, do art. 1º da Lei Federal 9.717/98; art. 5º, XVI, alínea “h” da Portaria MPS nº 204/08 e art. 6º da Portaria MPS nº 402/2008;

e) A criação de órgão específico junto ao FUMPAS para processar pedidos de aposentadoria e pensões, bem como refazer os cálculos dos benefícios, conforme disposição do art. 55 da Lei Municipal nº 004/2012-GPMFB;

f) O encaminhamento ao Tribunal de Contas das providências que estão sendo realizadas pelo FUMPAS para efetuar a compensação previdenciária como fonte de receita, conforme Lei Federal nº 9.796/99; Decreto nº 3.112/99; Portaria MPAS nº 6.209/99; Portaria Interministerial MPS/MF nº 410/99 e da Instrução Normativa INSS/PRES nº 50/2011;

9.7- Determinar a Comissão de Inspeção-DICERP que, junto à DICAMI, reitere as notificações nºs 02/2015 e 03/2015 no bojo das respectivas contas dos Poderes Executivo e Legislativo, sendo a análise da defesa incluída no Relatório daquelas contas;

9.8- Determinar que a Diretoria de Aposentadorias e Pensões desta Corte de Contas acompanhe a próxima Comissão de Inspeção da DICERP para realizar um levantamento das aposentadorias e pensões concedidas pelo FUMPAS desde a sua criação, em virtude do elevado número de aposentados e pensionistas, fato que consome quase a totalidade dos recursos das contribuições repassadas pelos servidores e pelo ente, o que tem prejudicado, a curto prazo a administração do fundo, comprometendo, a longo prazo, as aposentadorias dos atuais servidores municipais de Fonte Boa;

9.9- Determinar que as próximas Comissões de Inspeção designadas a vistoriar o Fundo de Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS verifiquem o **cumprimento das determinações e recomendações** elencadas neste Acórdão.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 57/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 26 de janeiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral